

Notícias

Os TOC serão a «tropa de choque» na aplicação do SNC

Conselho de Ministros aprovou passagem da CTOC a Ordem em dia histórico para a Contabilidade

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas vai passar a Ordem e os seus estatutos serão alterados. A decisão foi tomada no dia 23 de Abril, em Conselho de Ministros e significa o reconhecimento público e oficial da evolução qualitativa que a profissão tem registado ao longo da última década. «As alterações agora propostas são o resultado da experiência colhida nos dez anos de aplicação do Estatuto – de 1999 a 2009 –, bem como de novas realidades subjacentes ao exercício da actividade dos Técnicos Oficiais de Contas», justifica o Governo.

Na cerimónia vespertina de apresentação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), realizada no Grande Auditório da Culturgest, em Lisboa, o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos foi um pouco mais longe, referindo que a passagem a Ordem será sinónimo de maior agilidade da actual Câmara «para responder aos desafios com que se defronta esta associação pública de regulação profissional.»

Mais tarde, Carlos Lobo, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, afastou qualquer dúvida: «Durante muitos anos os TOC desenvolveram um papel fundamental no nosso País. São eles quem estão mais próximos das empresas e que muito contribuíram para o aumento do padrão contributivo em Portugal. Sucessivamente, foram-lhes incutidas mais responsabilidades e obrigações sem que nunca se tivessem negado a nada. Os TOC serão a “tropa de choque” para aplicar o SNC. Por tudo isto, é de extrema justiça a passagem de Câmara para Ordem. Esta alteração peca apenas por defeito. Os TOC, tal como o SNC, serão elemento essencial na criação de valor.»

As palavras do SEAF agradaram à assistência, composta, na sua esmagadora maioria, por Técnicos Oficiais de Contas que lotaram, por completo, os cerca de 700 lugares do anfiteatro da sede da Caixa Geral de Depósitos. Este responsável acrescentaria ainda que «este é um dia histórico. É a mais importante evolução contabilística em Portugal dos últimos 30 anos. Estamos aqui

a assistir não a uma reforma, mas a uma revolução.» Uma revolução no mundo contabilístico. É assim que, de futuro, será visto o dia 23 de Abril, mês de outros sonhos e agitações.

SNC: vector de modernização da economia

As alterações aprovadas em Conselho de Ministros consubstanciam-se em quatro diplomas que corporizam essa mudança histórica para a Contabilidade portuguesa: Decreto-Lei que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), Decreto-Lei que regula a organização e o funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística, proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (disponível no *site* da CTOC) e o Decreto-Lei que altera o Código do IRC adaptando as regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade, bem como aos respectivos normativos nacionais.

Para disso dar conhecimento público, o Ministério das Finanças organizou a apresentação de todo o processo no Grande Auditório da Culturgest que rapidamente esgotou, deixando algumas dezenas de interessados sem acesso ao interior do anfiteatro.

Ante uma plateia recheada de gente ligada à Contabilidade e Fiscalidade, a sessão foi aberta pelo ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, que contou ainda na mesa de honra com as presenças dos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Justiça, respectivamente, Carlos Lobo e João Tiago Silveira, Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, António Monteiro, bastonário da OROC e Domingos Cravo, em representação da Comissão de acompanhamento da audição pública do SNC.

Teixeira dos Santos lembrou que o Sistema de Normalização Contabilística entrará em vigor no próximo ano e é caracterizado por cinco elementos fundamentais: estrutura conceptual, bases para a apresentação de demonstrações financeiras, modelos de demonstrações finan-

ceiras, código de contas e normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), salientado relativamente a este último elemento a criação de uma NCRF para as pequenas entidades. Em resumo, o Governo aprovou «um corpo de normas coerente com as normas internacionais de contabilidade em vigor na UE e, por sua vez, com as actuais versões das 4.^a e 7.^a Directivas Comunitárias sobre contas.» Por outras palavras, o ministro das Finanças garantiu que «este pretende ser um instrumento moderno ao serviço das empresas portuguesas.» Estas alterações levam à revogação do POC e legislação complementar.

Para Teixeira dos Santos, o SNC é «uma importante peça legal que se traduzirá em mais um vector de modernização da nossa economia» e acaba por ter como objectivo a obtenção «de um duplo dividendo, garantindo uma maior transparência e coerência no sistema contabilístico, mas também aumentando a competitividade e o potencial de crescimento futuro, de harmonia com a Estratégia de Lisboa.»

Redução dos «custos de contexto»

Teixeira dos Santos garantiu ainda que o SNC teve a preocupação de «eliminar tratamentos pouco ou nada aplicáveis à realidade nacional e evitar níveis de exigência informativa, porventura excessivos», ao mesmo tempo que se mostrou convicto de que fica assegurada «a compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos três grandes grupos de entidades» (empresas cotadas, restantes entidades dos sectores não financeiros que aplicarão as NCRF e entidades de menor dimensão).

Realçando a redução de «custos de contexto» a suportar pelas empresas, o ministro das Finanças salientou a alteração ao Código do IRC e debruçou-se sobre um dos pontos mais polémicos: a questão do justo valor. O governante esclareceu que «é aceite a aplicação do modelo do justo valor em instrumentos financeiros cuja contrapartida seja reconhecida através de resultados, mas apenas nos casos em que a fiabilidade da determinação do justo valor esteja assegurada. Excluem-se os instrumentos de capital

próprio que não tenham um preço formado em mercado regulamentado.»

O titular da pasta das Finanças abordou ainda «o reforço das competências dos órgãos aplicadores», ou seja, a CNC e a CTOC, para concluir que «estão criadas as condições indispensáveis para promover a dinâmica e a confiança nos negócios.»

TOC enviaram 17 por cento dos contributos

Seguiu-se a parte mais técnica, propriamente dita, onde foi explicado, por vezes de forma pormenorizada, o caminho seguido. Isabel Castelão Silva, da Comissão de acompanhamento da discussão pública do SNC, fez uma apresentação sobre o modelo que foi disponibilizado para consulta pública, destacando os objectivos do SNC, a caracterização do mesmo, a forma legal, os modelos de relato e o âmbito.

Domingos Cravo, membro da mesma comissão, debruçou-se depois sobre os resultados da audição pública. Ficou a saber-se, por exemplo, que 17 por cento dos contributos recebidos foram enviados por TOC e que foi feita «uma adaptação das NIC e não uma adopção.»

O docente da Universidade de Aveiro realçou ainda que o modelo «assenta mais em princípios do que em regras explícitas» e elencou alguns dos aspectos que mereceram mais contribuições na audição pública. Entre outros, o justo valor e a limitação à distribuição de resultados, o tratamento contabilístico dos subsídios relacionados com activos e as inevitáveis questões terminológicas mereceram especial atenção.



O ministro Teixeira dos Santos afirmou que o SNC é um «vector de modernização da economia»

Na sua apresentação exaustiva, o também membro do Gabinete de Estudos da CTOC lembrou ainda as vantagens da adopção, destacando «o potencial afastamento fiscal» e a «potencial redução do risco de informação.»

Coube a Carlos Grenha, também ele membro da comissão de acompanhamento, explicar a nova orgânica da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), referindo o «alargamento de competências ao nível do conselho geral.» Em termos práticos, este órgão contará com 26 ou 27 elementos, sendo que dois serão designados pela CTOC. A Comissão Executiva contará, entre outros, com três representantes dos preparadores de informação financeira. «Por inerência, um deles será a CTOC», salientou Carlos Grenha para quem todas estas alterações tiveram em vista «dar uma representatividade o mais alargada possível do tecido social e empresarial» do País.

As alterações no CIRC

Lurdes Matias teve a seu cargo a explicação da adaptação do Código do IRC aos novos normativos contabilísticos. Foi uma intervenção longa e de cariz eminentemente técnico mas do agrado de boa parte da plateia, já que ficou uma primeira ideia das alterações que aí vêm para a realidade concreta do dia-a-dia. Esta especialista em matérias fiscais começou por salientar que se tentou manter a ligação entre a Contabilidade e Fiscalidade e realçou algumas das alterações terminológicas mais importantes: as «existências» do CIRC passam a «inventários» no SNC, os «custos» (da demonstração de resultados) a «gastos» ou o «resultado líquido do exercício» a «resultado líquido do período».

Lurdes Matias enumerou uma série de pontos que deverão merecer atenção: os contratos de construção terão alterações, no sector da agricultura surgem «muitos conceitos novos, aos quais não se estava habituado». Matérias como as locações, a imparidade dos activos, benefícios dos empregados, concentração das actividades empresariais ou instrumentos financeiros, entre outras, sofrerão também inevitáveis adaptações. Em suma, sintetizou, tentou manter-se o princípio de que seja «o resultado contabilístico o



A apresentação do SNC juntou diversas personalidades na Culturgest

ponto de partida para a determinação do lucro tributável.»

Adaptação e não adopção das NIC

«O SNC adapta e não adopta as NIC às características do País e do seu tecido empresarial.» Esta foi uma das ideias-chave que Carlos Lobo defendeu no fecho da cerimónia de apresentação do SNC. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais salientou que «o SNC foi extremamente debatido e as contribuições em muito engrandeceram o resultado final», destacando a «transversalidade» da reforma empreendida no «edifício» contabilístico e o facto da alteração do CIRC permitir «eliminar a dupla contabilidade.»

Carlos Lobo adiantou que esta nova realidade «transpõe para Portugal as melhores práticas mundiais ao nível da Contabilidade» aumentando, simultaneamente, «a competitividade das empresas portuguesas na capacidade de reporte das suas demonstrações financeiras.»

Transparência, comparabilidade e regulação foram os pressupostos apontados por Carlos Lobo como os pontos-chave em que assenta a reforma contabilística, salientando ainda a transição pacífica: «O modelo adoptado revela uma preocupação de continuidade. Um elemento que me parece emblemático é a manutenção do Plano de Contas.»

Referindo ainda a criação de três níveis de estrutura normativa contabilística «intermutáveis e integrados», o secretário de Estado abordou as alterações ao Código do IRC, salientando o facto de se ter mantido a «estreita ligação entre Contabilidade e Fiscalidade, que se afigura como essencial para a minimização dos custos de contex-

to que impendem sobre os agentes económicos, procedendo-se apenas às alterações necessárias à adaptação do Código às regras emergentes do novo enquadramento contabilístico, bem como à terminologia que dele decorre.»

Carlos Lobo terminou a sua intervenção e a própria cerimónia de apresentação do SNC

com um agradecimento: «Este é um dia histórico para o qual o Governo se orgulha de ter contribuído. Em seu nome e em meu próprio, agradeço a todos os que directa e indirectamente ajudaram a concretizar a mais importante evolução contabilística em Portugal dos últimos 30 anos.» ■

Segundo Encontro de História da Contabilidade

Em Lisboa e em Santa Maria da Feira

Realiza-se nos próximos dias 5 e 6 de Junho, em Lisboa (Centro Cultural de Belém) e Santa Maria da Feira (Europarque), o Segundo Encontro de História da Contabilidade.

O ano 2009 ficará na História da Contabilidade portuguesa como um ano em que se operou uma autêntica revolução nos conceitos e na cultura tradicional vigente neste domínio. Um motivo para que, conhecendo melhor o passado, compreendamos melhor o presente, tornando-se,

deste modo, mais fácil assimilarmos as alterações que o futuro nos reserva. É observando esta lógica, que a CTOC e a Comissão de História da Contabilidade organizam, um evento sobre esta temática.

Dado à sua importância para a profissão, a Direcção decidiu atribuir 12 créditos à participação dos membros. As inscrições (no valor de 32 euros) são feitas exclusivamente no *site* e estão limitadas à lotação das salas. ■

Revolução no mundo contabilístico

Livro sobre harmonização contabilística apresentado no auditório da Câmara

Chama-se «Harmonização Contabilística Internacional – análise das suas implicações em Portugal» e é mais um livro a que a CTOC se associou, ao disponibilizar o auditório da sua sede para a sessão de lançamento, ocorrida a 22 de Abril. Da autoria de Renato Pereira, Mariana Estevam e Rui Almeida, todos eles Técnicos Oficiais de Contas, esta obra ajuda a clarificar a problemática da harmonização e da normalização contabilística a nível internacional e da sua aplicação em Portugal.

«Temos assistido aqui ao lançamento de obras com alguma regularidade, o que é sinónimo de que a profissão está a evoluir em sentido positivo», congratulou-se Domingues de Azevedo.

O presidente da Direcção da CTOC deixou bem vincada a ideia de que Portugal «está a viver uma autêntica revolução a nível contabilístico», com a

entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística e uma nova composição da Comissão de Normalização Contabilística, pelo que a obra em questão, nascida da dissertação de mestrado de Mariana Estevam, ao debruçar-se sobre a harmonização contabilística, acaba por se revestir de «extrema actualidade.»

Satisfeito por observar que, lentamente, a ideia que a sociedade tem do Técnico Oficial de Contas se vai alterando para melhor, Domingues de Azevedo frisou que «os profissionais aprendem a fazer mas, muitas vezes, não têm opinião sobre o que fazem. É preciso que tenham opinião. Essa é uma característica que os TOC devem possuir.»

Reforçando a ideia do momento de extrema importância que o mundo da Contabilidade atravessa, o responsável máximo da Câmara não tem

dúvidas de que «os profissionais saberão lidar e vencer estes novos desafios.»

Rui Almeida falou em nome do trio que assina o livro. O professor universitário sublinhou a necessidade dos profissionais não deverem ter «dificuldades ou qualquer espécie de menoridade em assumir a profissão de Técnico Oficial de Contas. A nossa profissão evoluiu muito nos últimos anos e fê-lo no sentido da qualidade.»

Para este membro da Comissão de Normalização Contabilística, o livro de 184 páginas, de que é um dos autores, insere-se na lógica de que «o mundo da Contabilidade é mais complexo do que o quadro de contas, o debitar e creditar e lembra-nos que estamos inseridos em algo muito maior. Com a entrada em vigor do SNC, as contas das empresas lusas serão aceites em todo o mundo. Isto quer dizer que temos o mundo todo para trabalhar, mas o inverso também se aplica. Por isso, a aposta na qualidade é fundamental.» Carlos Fontão de Carvalho assinou o prefácio do livro. Este professor universitário aproveitou a oca-

sião para felicitar a CTOC «pelo importante trabalho que tem vindo a fazer em prol da Contabilidade». Referindo-se à obra propriamente dita e à sua importância no contexto actual, o também TOC lembrou que «a Contabilidade é a linguagem na qual as empresas se expressam perante os utilizadores das demonstrações financeiras. Nos últimos anos, tentou harmonizar-se esta linguagem, porque essa é a tendência a nível mundial.» Carlos Fontão de Carvalho mostrou-se ainda convicto de que a actual crise financeira «vai dar um impulso à melhoria das normas contabilísticas», tal como foi possível observar em crises anteriores e saudou a edição da obra, confessando sentir «a falta de informação na área da Contabilidade.»

Renato Pereira é doutor em Ciências de Gestão e professor na Universidade Autónoma de Lisboa. Mariana Estevam é mestre em Gestão de Empresas e investigadora do Centro de Estudos em Estratégia e Finanças Empresariais da Universidade Autónoma de Lisboa. Rui Almeida é doutor em Ciências Empresariais e professor no ISCAL ■

Reunião livre em Angra do Heroísmo

Alteração de data

A reunião livre agendada para o dia 11 de Julho, em Angra do Heroísmo, vai realizar-se

no dia 4 do mesmo mês, devido a motivos de força maior, da parte do coordenador. ■

Controle da Qualidade – alguns esclarecimentos

Necessidade formativa

Nos termos do Regulamento do Controle da Qualidade, no prazo de dois anos, em média, os Técnicos Oficiais de Contas que assumam a responsabilidade por contabilidades, isto é, que assinem declarações fiscais, têm que comprovar que, no decurso daquele período, frequentaram formação realizada pela CTOC ou por ela acreditada e que, no seu conjunto, totalize 70 créditos.

Assim, quem no ano de 2006, inclusive, foi responsável por contabilidades e assinou declarações de IR daquele ano (entregues em 2007), tem de, até 31 de Dezembro do ano em curso, comprovar que frequentou formação ministrada pela

CTOC ou por entidade por ela acreditada que, no seu conjunto, atingiu o total de 70 créditos.

As situações de incumprimento dos biénios 2006/2007 e 2007/2008, serão brevemente notificadas aos membros.

Incentiva-se por isso os TOC ao cumprimento do que se encontra estabelecido no Regulamento do Controle da Qualidade, pois só assim será possível uma evolução qualitativa da profissão.

Os que iniciaram a responsabilidade por contabilidades em 2005 cumpriram o primeiro biénio em 31 de Dezembro de 2008 e terão que cumprir o segundo biénio até 31 de Dezembro de 2010. ■

A arte de cobrar impostos ou de depenar os «patos mudos»

Conferência comemorativa dos 250 anos da Aula do Comércio

– «Novas tendências da Fiscalidade»

«A arte de cobrar impostos consiste em depenar o pato de modo a obter o maior número possível de penas com o menor número de guinchos». A frase, da autoria de Jean Baptiste Colbert (1619-83), ministro de Estado e das Finanças de Luís XIV, plena de frieza e ironia, foi recordada por João Catarino e Manuel Faustino no passado dia 28 de Abril, no Centro de Congressos de Lisboa, e espelha bem o actual sentimento latente entre alguns especialistas da área fiscal. A visão de Colbert, grande estratega do mercantilismo em França, tem a seu favor o crivo dos séculos, pelo que a sua permanente citação deve constituir motivo de meditação.

João Catarino, que falou sobre a história dos impostos e evolução do conceito de capacidade contributiva, reflectiu sobre o dito do ministro de Luís XIV e concluiu que, em Portugal «não temos guinchado o suficiente. Estamos aqui a fazer o papel de patos, mas de patos mudos.»

Depois de ter analisado a evolução de tributo, de se socorrer dos ensinamentos de Ferreira Borges, para quem, referiu João Catarino, «cada um deve contribuir na proporção dos seus haveres» e «o tributo deve ser certo e não arbitrário», este professor universitário e ex-membro da Comissão do IVA salientou alguns dos problemas das taxas progressivas e lembrou que «o rendimento não tem a mesma utilidade marginal dos outros bens.»

Crítico do rumo que o sistema fiscal está a seguir, João Catarino lamentou a «utilização» do sistema fiscal como «pau para toda a obra» e sintetizou com uma comparação arrasadora: «Utilizar o sistema fiscal para todos os fins como hoje se vê, é a mesma coisa que colocar a rainha de Inglaterra a passear num carrinho de mão.»

A assistência não ficou indiferente a estas opiniões como não ficaria também em relação às do orador seguinte, Casalta Nabais. Debruçando-se sobre o mesmo tema, este professor da Faculdade de Direito de Coimbra, depois de classificar a Constituição de 1976 como «esquisita», porque na realidade «são duas constituições numa»,

ou seja, uma de «cariz marxista» e outra «com teor mais Ocidental», alertou para os excessos do fisco: «Hoje, são as máquinas que liquidam e penhoram tranquilamente durante a noite. É preciso muito cuidado com isto. A administração fiscal esconde-se comodamente atrás das máquinas e dos seus eventuais erros, mas tal não é aceitável.»

Casalta Nabais colocou ainda em xeque o artigo 104.º da Constituição e recordou que o texto fundamental da República «não permite» a adopção da *flat tax*. «O nosso Estado é um Estado social. Os países que adoptaram a *flat tax* vieram de um Estado não fiscal. Tenho muitas dúvidas sobre a adopção de tal política fiscal em termos constitucionais.»

Para este antigo assessor do Tribunal Constitucional, um dos caminhos possíveis será apostar na tributação do consumo, «que onere os artigos de luxo, por exemplo. No futuro, termos de contar mais com isso. Sempre é uma maneira daqueles que não pagam pagarem alguma coisa.»

Seja como for, uma coisa é evidente para Casalta Nabais: «O nosso modelo fiscal é insustentável. Não há PIB que resista a normas que mudam todos os dias.» Porque a «progressividade, na prática, não funciona», este especialista aponta a «tributação do consumo e imposto sobre o rendimento mais simples» como caminhos que devem ser seguidos. «O nosso sistema fiscal tem que ser objecto de profunda reforma no sentido da simplificação», rematou.

Para quando uma conta-corrente com o Estado?

Com a contundência das afirmações de Casalta Nabais terminou o I painel. O segundo, dedicado à «Fiscalidade face às novas tecnologias» abriu com Vasco Branco Guimarães a fazer uma curta viagem pela história da *web*. Este professor do ISCAL enunciou alguns dos problemas que subsistem relativamente ao comércio electrónico e, referindo-se à tributação directa, sa-

lientou a dificuldade para definir o «estabelecimento permanente. Como é que consigo uma instalação fixa no comércio electrónico, se a desmaterialização é uma das suas características base?» Face à interrogação, o orador propôs duas contribuições: «A acessibilidade e a efectividade.»

Relativamente à tributação indirecta, Vasco Guimarães salientou a ideia da «isenção genérica como objectivo de alguns países ou interesses económicos», que se escondem atrás do «mito da impossibilidade do controlo» para tentar desvanecer a ideia de tributação.

Depois de analisar o passado e o presente da administração fiscal, o orador deixou no ar algumas ideias para o futuro. Por exemplo, sublinhou não perceber «porque é que não existe uma conta-corrente entre o contribuinte e o Estado. Dizem que é possível, dizem que está a ser feito, vamos ver se assim é.»

Antes de terminar, Vasco Guimarães lembrou ainda «a fragilidade do modelo» assente nas novas tecnologias, em caso de crise ou ruptura de civilização e recordou que, no respeitante aos «segredos partilhados», a simples quebra do sigilo bancário, por exemplo, «não terminará com a economia paralela. Ela continua a existir em Espanha ou em França», lembrou.

Seguiu-se Alves da Silva. Bem conhecido do universo dos Técnicos Oficiais de Contas, este membro honorário da Câmara levou até ao auditório e às cerca de sete centenas de profissionais que assistiram à conferência uma lufada de boa disposição. Num painel moderado pelo fiscalista Saldanha Sanches, Alves da Silva abriu o livro da sua vida, relatou experiências, no mínimo, curiosas e semeou humor. Com a autoridade do seu meio século de experiência profissional, Alves da Silva lembrou que toda a Contabilidade assenta em dois princípios fundamentais: «Verdade e clareza». Por isso, «a Contabilidade não pode aceitar como exacto qualquer lançamento nas suas contas ou livros que não possuam uma peça de apoio que lhe sirva de fundamento.»

Apesar de toda a sofisticação advinda da desmaterialização das declarações fiscais, o orador socorreu-se da prática para denunciar anomalias. Um exemplo: «É impossível calcular a margem bruta das vendas nas farmácias.» Resolução do problema ao cuidado dos respectivos responsáveis: «Tem que ser criado um anexo onde se possam separar as mercadorias.»



«Os ricos em IRS são os trabalhadores por conta de outrem»

A manhã terminara com boa disposição. A tarde iniciou com coisa séria, não estivesse em análise a «Evolução da tributação directa». Começou com um especialista na matéria (Manuel Faustino), depois de apresentado por outro especialista (Xavier de Basto).

Aquele que muitos consideram o «pai do IRS» não escondeu o seu desalento pelo rumo que o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares está a seguir: «No quadro actual, os ricos em IRS são os trabalhadores por conta de outrem», salientou. E, no quadro actual, «temos um IRS que é extremamente complexo». Para ilustrar esta afirmação, o também membro do Gabinete de Estudos da CTOC exemplificou com o quebra-cabeças necessário para definir aos residentes e não residentes o regime que lhes caberá em sorte.

Manuel Faustino abordou depois os modelos de tributação do rendimento pessoal, desde a tributação unificada ou compreensiva, até à tributação da despesa, passando pela tributação, dual, semi-dual e proporcional. O consultor do Banco de Portugal enumerou algumas das características fundamentais de cada modelo, destacando a tributação semi-dual, «um modelo que não aplica as mesmas taxas a todas as categorias de rendimentos, aplicando, em regra, taxas proporcionais e moderadas aos rendimentos de capital e taxas progressivas aos salários, rendimentos empresariais e profissionais e às pensões.»

António Moura Portugal debruçou-se sobre o IRC, recorrendo sobre o balanço e desafios futuros para este imposto. Depois de uma breve análise histórica, o orador apresentou uma visão

geral dos 20 anos daquele imposto em Portugal, salientando, por exemplo, que a uma redução das taxas nominais de tributação (dos 36,5 por cento iniciais até aos actuais 25 por cento) não correspondeu necessariamente uma quebra de receitas, o que se explica, em parte, pelo aumento do número de sujeitos passivos e da evolução em crescendo das declarações entregues.

Este advogado, especialista em Direito Fiscal, acentuou o facto do IRC ter sido o imposto que mais alterações sofreu – «uma média de duas alterações por ano, nas duas últimas décadas», – assegurando que tal cenário «dificulta o conhecimento do quadro legal», reforçando ainda a ideia de que «alterações são produzidas sem preocupação de uniformização.» Por outro lado, lembrou que «o IRC é um imposto que sai caro às empresas. Para as PME «representam 5,27 por cento do volume de negócios», e lamentou a distribuição «pouco equitativa da carga fiscal: 50 empresas são responsáveis por 37,8 por cento do imposto.» Entre outras interrogações, Moura Portugal deixou no ar a questão de um IRC segmentado, «aproveitando a dualidade de regimes ao nível das NCRF.» O futuro o dirá...

IVA: novas alterações em perspectiva

A questão da tributação indirecta, leia-se IVA, foi abordada no quarto painel, com moderação de Nunes dos Reis, ex-director-geral dos Impostos. Clotilde Palma, profunda conhecedora dos mecanismos do imposto, falou sobre a sua evolução recente, enunciando alguns dos principais

passos da harmonização e enumerando directivas e regulamentos recentemente aprovados, ao mesmo tempo que forneceu algumas pistas sobre as propostas em discussão. Depois de ter salientado que este é um «imposto de sucesso», aplicado por cerca de 150 países, Clotilde Palma recordou que a «simplificação administrativa e a alteração das regras de localização de certas prestações de serviços», fazem parte do rumo a adoptar pela Comissão, onde se inserem, entre outras, a «revisão das regras relativas às prestações aos sujeitos passivos, apontando para a mudança da regra geral de tributação do local do prestador para o local do destinatário.» No tocante às matérias em discussão, a oradora salientou a proposta de directiva apresentada em 2002 que altera o regime das agências de viagens, a proposta de directiva que modifica as regras relativas às taxas reduzidas ou a proposta apresentada já em Janeiro último que altera as normas referentes à facturação. Sobre as taxas reduzidas, de salientar o acordo alcançado no Ecofin de Março último, que permitiu que Portugal continuasse «a aplicar a taxa reduzida de cinco por cento nas portagens das travessias rodoviárias sobre o Tejo, em Lisboa.» Em jeito de conclusão, e após uma exposição muito detalhada, o ex-membro do GECTOC, destacou existir «uma tentativa de, através do sistema comum, introduzir elementos que permitam uma passagem a um regime definitivo, com instituição generalizada do balcão único.»

O IVA continuou a dar que falar. Desta feita, coube a Rui Laires falar sobre as novas regras de localização das prestações de serviços. Este quadro da DGI começou por enunciar as directivas que são necessárias transpor (2008/8/CE; 2008/9/CE e 2008/117/CE) para lembrar, de seguida, o novo quadro para a localização das prestações de serviços, a partir de 2010. Rui Laires elencou duas regras gerais: serviços efectuados a sujeitos passivos do IVA, ou seja, o lugar da sede, estabelecimento estável ou domicílio dos serviços e, como segundo ponto, os serviços efectuados a não sujeitos passivos do IVA.



O fiscalista Saldanha Sanches moderou um dos painéis da conferência

Após esta definição, o orador apresentou uma série de exceções, onde colocou os serviços relativos a bens imóveis, o transporte de passageiros, os serviços culturais, artísticos, desportivos, científicos, educativos e similares, serviços de restauração e locação de curta duração de meios de transporte.

Outras exceções à regra geral aplicável a particulares foram enunciadas, bem como opções para evitar a dupla tributação ou a não tributação. As regras a vigorar a partir de 2011, 2013 e 2015 também não foram esquecidas, estando prevista, dentro de dois anos, por exemplo, a alteração da locação de meios de transporte (com exceção dos de curta duração) em serviços prestados a não sujeitos passivos. Ou seja, não faltarão movimentações no quadro normativo do IVA para os próximos anos...

Próxima década será de reformas

Porque os tempos são de mudança, debater o que aí vem em matéria de política fiscal afigura-se avisado. Numa mesa redonda presidida por António Carlos dos Santos, com Rogério Fernandes Ferreira e Vasco Valdez no papel de oradores, este trio de ex-secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, deixaram algumas ideias sobre o que pode suceder no futuro próximo.

António Carlos Santos balizou o debate, afirmando que «falar de política fiscal é falar sobre onde estamos e para onde queremos ir.» O também membro do Gabinete de Estudos da CTOC, sabe, tal como José Régio, que há muitos caminhos, mas um deles deve ser evitado: «É necessário muito cautela nas mudanças legislativas, sob pena de se estar a gerar entropia e depois o caos.»

Rogério Fernandes Ferreira, depois de ter citado Vito Tanzi, membro do FMI, - «Os sistemas fiscais nacionais têm de sofrer um grande ajustamento» - salientou o facto da «erosão das bases tributáveis terem levado os Estados a pressionar as bases de mais difícil mobilidade e fácil controlo, o que tem conduzido a desigualdades.»

Questionando sobre se faz sentido manter a «panóplia» de deduções e benefícios fiscais, o antigo secretário de Estado arriscou com a ideia de que «a próxima década será de reformas.» No entender deste advogado, «o IRS vive um momento de crise, em boa parte devido à sua própria complexidade» e, por isso, deverá ser ponderada a «flat tax, que permitirá maior simplificação.» Em



O secretário de Estado, Carlos Lobo, encerrou os trabalhos

matéria de IRC, «assistimos a várias distorções» e avançou com a possibilidade de se estudar «uma taxa única de IVA», defendendo que a nível de património «é necessário corrigir algumas taxas, sobretudo no norte de País.» Sobre o sigilo bancário, Rogério Fernandes Ferreira não teve dúvidas: «Melhor do que esta solução agora adoptada, seria manter a lei anterior a 2005.»

Travar a torrente legislativa

Vasco Valdez começou por falar de crise. «É uma ótima oportunidade para repensar a fiscalidade.» E depois da crise? «Vamos ter uma primeira fase com défices excessivos, pelo que não há qualquer hipótese de baixar impostos nos próximos anos.» Um vaticínio que obrigará «os Estados a perceber o que aconteceu», apesar do também professor do ISCAL estar bastante céptico: «Não acredito que haja vontade política a nível mundial para alterar alguma coisa.»

Chamando a atenção para a necessidade de «travar a torrente de legislação fiscal», até porque a sua «qualidade tem também muito que se lhe diga», Vasco Valdez, que neste capítulo fez o seu *mea culpa*, defendeu que, no caso do IRS, «quando se fala do fim dos abatimentos para quem tenha 40 ou 42 por cento de retenção, está, na verdade, a tributar-se a classe média. Para os ricos, é absolutamente indiferente pagar mais 500 ou mil euros de IRS.»

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais chamou a atenção para o facto do «sistema judicial estar a entrar em colapso», criticou o facto do fisco fazer «liquidações que não têm correspondência com a realidade» e sublinhou a necessidade de «reavaliar as taxas do imposto sobre o património, de modo a que não se assista a uma deformação.» ■

O «golpe de génio» europeu

Conferência comemorativa dos 250 anos da Aula do Comércio –
«I Jornadas Europeias da Primavera do ISCAL»

Há 250 anos, o Marquês de Pombal criou a Aula do Comércio, escola que terá sido a primeira no Mundo a dedicar-se de forma sistemática ao ensino da Contabilidade. Para comemorar a data, a CTOC e o ISCAL juntaram esforços e organizaram a «Conferência comemorativa dos 250 anos da Aula do Comércio», dividida por dois dias e subordinada aos temas «I Jornadas Europeias da Primavera do ISCAL» (27 de Abril) e «Novas tendências da Fiscalidade» (28 de Abril), que decorreram no Centro de Congressos de Lisboa.

O presidente da CTOC, Domingues de Azevedo, referiu na sessão de abertura do segundo dia que «momentos como este constituem oportunidades para compreendermos os caminhos da Contabilidade e da Fiscalidade». Aproveitando a presença significativa de Técnicos Oficiais de Contas, o responsável falou da alteração do Estatuto da CTOC (e consequente passagem a Ordem) e as novas características que vem imprimir, designadamente em sede de processo tributário gracioso. Com a mudança estatutária o TOC vai poder representar o seu cliente junto da administração fiscal. Domingues de Azevedo referiu que os profissionais estão preparados para esta tarefa, até porque eles dominam, no exercício das suas funções, o Código do IRC, IRS, IVA, entre outros.

«Na acção graciosa não faz sentido o TOC não representar o seu cliente», sublinhou, adiantando que, como é óbvio, nas questões contenciosas apenas os advogados têm poder de representação. Esta alteração já foi aprovada pelo Governo, em Conselho de Ministros. Aguarda-se, agora, a decisão da Assembleia da República.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que presidiu à sessão de encerramento, voltou à questão do processo tributário gracioso, para referir que «a intervenção do Técnico Oficial de Contas no processo é um grande salto qualitativo para a profissão». Carlos Lobo frisou que a política fiscal diz respeito a todos e que deve ser dirigida aos cidadãos. Por isso, anunciou, o Gover-

no decidiu antecipar o reembolso dos montantes de IRS, justificando que «em época de crise não poderíamos reter o dinheiro dos contribuintes.»

Da Aula do Comércio ao ISCAL

A conferência comemorativa dos 250 anos da Aula do Comércio arrancou no dia 27 de Abril, com as I Jornadas Europeias da Primavera no ISCAL. O programa contou com um vasto leque de oradores e teve a presidir a sessão de abertura, Armando Marques, em representação do presidente da Direcção da CTOC, Maria Amélia Nunes de Almeida, presidente da Comissão das Comemorações dos 250 anos da Aula do Comércio, que explicou como é que a Aula do Comércio chegou aos dias de hoje com o nome de ISCAL e o presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, Vicente Ferreira.

Ante uma plateia de cerca de cinco centenas de pessoas constituída, na sua esmagadora maioria, por TOC (algumas dezenas de alunos do ISCAL marcaram também presença), os trabalhos arrancaram com a intervenção de Miguel Poiares Maduro, que discorreu sobre a «Jurisprudência recente do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, em matéria económica», salientou o facto de as normas da concorrência terem vindo «a ser aplicadas também ao Estado, sendo que o TJCE tem delimitado isso, distinguindo se é exercida com fins de capitalização ou de solidariedade.»

Numa mesa presidida por David Pina, professor coordenador do ISCAL, e com Ana Cristina Perdigão, professora adjunta naquele estabelecimento de ensino, como moderadora, Manuel Porto falou sobre «A resposta da União Europeia à globalização», manifestando o seu desacordo contra eventuais tendências proteccionistas: «Se nos protegemos, os outros não farão o mesmo?» Lembrando que «os países têm tido mais êxito com a abertura do que com o fecho das fronteiras», este professor da Universidade de Coimbra defendeu a necessidade de «uma sociedade

aberta, reforço de dimensão do mercado e qualificação das pessoas» como receitas para o êxito.

«O sistema jurisdicional da UE» foi analisado por Cruz Vilaça, que o classificou como «um golpe de génio.» Este especialista explicou essa genialidade com o facto de assentar em dois pilares (tribunais nacionais e TJCE) e que, a uni-los, se encontra «o arco dos mecanismos das questões pré-judiciais.» Este antigo advogado-geral do TJCE anotou ainda que «o Direito Comunitário é, sobretudo, um direito de princípios» e que «os tribunais comunitários têm sempre tomado a dianteira no processo da sua reforma.»

A análise aos conteúdos e desafios do Tratado de Lisboa foi dissecada por Isabel Valente, lembrando que a necessidade do novo tratado surgiu, entre outros motivos, «pela necessidade de instrumentos que permitam à Europa fazer face à globalização» e pelo facto de ser urgente «aproximar os cidadãos da União.» O Tratado de Lisboa reafirma os direitos da Cidadania Europeia e «confere valor jurídico à carta dos Direitos Fundamentais», onde se inclui a dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça. Isabel Valente abordou ainda o «novo quadro institucional mais democrático», apresentando algumas alterações que a sua entrada em vigor implicará a nível das instituições europeias.

A “bomba atómica” nas mãos do Parlamento Europeu

Paulo Sande falou sobre «O papel do Parlamento Europeu na UE» para o definir como «um areópago democrático, que fala também para fora da União» sendo também «a instituição mais importante da cidadania europeia.» O representante do Parlamento Europeu em Portugal recordou que o Parlamento escolhe o provedor de Justiça e pode «demitir a Comissão Europeia. É uma “bomba atómica” que o Parlamento dispõe.» Recordando as próximas eleições, este responsável incentivou ao voto e tentou encontrar respostas para o facto de cada vez mais cidadãos estarem alheados da vida política



A jurisprudência das instâncias europeias foi um dos temas em debate

ca comunitária, apesar do reforço dos poderes do Parlamento Europeu.

Prosseguindo a análise às instituições comunitárias, Alexandra Sá Carvalho debruçou-se sobre «O papel da Comissão Europeia na União Europeia». «A Comissão é surpreendente, se olharmos para a sua supranacionalidade. É uma estrutura atípica, não tem paralelo com outros Estados ou organizações internacionais.» Esta especialista e membro da representação da Comissão Europeia em Portugal salientou ainda quatro competências fundamentais da CE, como sejam o facto de fazer parte do processo legislativo, ter em mãos o poder executivo, zelar pela aplicação dos tratados nos Estados membros e representar a UE a nível externo.

Contabilidade: única área onde se conseguiu a harmonização

A sessão da tarde, presidida por Alberto Barata, professor coordenador do ISCAL e moderada por Manuel Mendes da Cruz, presidente do Conselho Científico da mesma escola, iniciou-se em francês, com a intervenção de Christian Roth para falar sobre a «Sociedade anónima europeia.» Este advogado gaulês afirmou que «durante 30 anos colocamos de parte o direito das sociedades.» Contudo, os tempos mudaram e o orador mostrou-se convicto que «a partir de 2010 vamos assistir ao desaparecimento das pequenas e médias empresas europeias e ao surgimento da sociedade privada europeia. Este será o futuro e o motor europeu.»

«Articulação entre Direito nacional e Direito comunitário em matéria de concorrência» foi o

tema abordado por João Espírito Santo Noronha. Este vogal da Autoridade da Concorrência, abordou a ordem jurídica comunitária e as ordens jurídicas nacionais, o direito comunitário e nacional da concorrência e o reenvio prejudicial e a cooperação entre os tribunais nacionais e comunitários. Relativamente a este último ponto, depois de abordar as características e princípios fundamentais, o especialista em Direito Comercial recordou que «a decisão prejudicial do TJCE é vinculativa para o tribunal nacional, o qual deverá aplicar ao litígio concreto a norma comunitária de acordo com a interpretação proferida pelo TJCE.»

Rui Pais de Almeida, professor coordenador do ISCAL, trouxe a Contabilidade à ordem do dia. Meditando sobre a «Harmonização contabilística na UE», definiu harmonização como a forma de «compreender de forma tempestiva e compreensível, sem necessidade de tradução, o mundo da informação financeira e do relato financeiro.» Recordando que Portugal está agora a fazer, com o SNC, «o que 80 por cento do mundo já faz», o orador congratulou-se pelo facto da Contabilidade ser, provavelmente, «a única área onde se conseguiu a harmonização», explicando com mais detalhe a estrutura do SNC. Em conclusão, garantiu este especialista, a harmonização «significa novas ameaças mas sobretudo novas oportunidades, o que implica uma aceitação e participação activa de todos.»

Seguiu-se a abordagem das «Concentrações de empresas na UE *versus* Estados Unidos.» Domingos Ferreira, professor coordenador do

ISCAL, notou que «os padrões de fusões e aquisições (F&A) são diferentes ao longo do tempo» e lembrou que apenas há criação de valor «quando a sinergia é superior ao prémio. De seguida, apresentou um conjunto de dados onde constava, entre outros, o valor global das F&A em valor, notando a semelhança gráfica entre o evoluir destes números e o dos índices bolsistas americanos e europeus. O orador referiu ainda que no primeiro trimestre deste ano, as F&A decresceram abruptamente, «representando cerca de 45 por cento face ao ano anterior» e que «a engenharia financeira com acções próprias é bem mais elevada nos Estados Unidos do que na Europa.» De 2001 a 2008, no total das aquisições de acções nos Estados Unidos, 26,8 por cento dizia respeito à compra de acções próprias, percentagem que na Europa se ficou pelos 9,7 por cento.

A última intervenção do dia esteve a cargo de Carlos Baptista da Costa, que analisou «A governação das sociedades e o papel dos auditores na UE.»

Depois de passar em revisão um pouco da história, de Ferreira Borges à actualidade, este professor coordenador do ISCAL analisou diversos modelos da estrutura de fiscalização das sociedades anónimas, como o latino, anglo-saxónico e germânico, debruçando-se depois sobre os Decretos-Lei 224/2008 e 225/2008, que transpuseram para a ordem jurídica portuguesa a Directiva 2006/43/CE. Depois de analisar as principais atribuições do Conselho Nacional de Supervisão e Auditoria, este especialista definiu o que são entidades de interesse público (EIP) e lembrou que «os ROC/SROC não podem integrar o órgão de fiscalização, estão sujeitos a controlo de qualidade de três em três anos e não podem prestar às respectivas EIP diversos serviços, para além dos de auditoria.»

A sessão ia longa, muito longa, pelo que o encerramento foi rápido. Armando Marques, vice-presidente da Direcção da CTOC, exprimiu publicamente o agrado pela Câmara ter «participado na organização deste evento», acentuando que «o ISCAL é uma escola de referência para os TOC.»

Maria Amélia Nunes de Almeida frisou o sucesso da parceria e não escondeu a vontade «de continuar a ver a CTOC aliada ao ISCAL em eventos futuros.» ■



Manuel Porto defendeu o reforço da qualificação das pessoas

TOC são apoio fundamental para os empresários

O combate à crise com medidas «positivas»

Que instrumentos o Governo disponibiliza às empresas para melhor combaterem a actual crise? Foi esta a questão que levou a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, numa iniciativa com três organismos públicos (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Instituto do Emprego e Formação Profissional e Segurança Social) a organizar, em todo o País, sessões de esclarecimento para os TOC e respectivos empresários, com o objectivo de lhes dar a conhecer as soluções existentes, numa época de recessão económica e de aperto financeiro. Debateram-se diversas questões, desde os incentivos ao emprego e à contratação, ao investimento, passando pelas linhas de crédito, capital de risco e garantias mútuas. Em quatro horas, especialistas daqueles organismos públicos explicaram e responderam às inúmeras questões colocadas da plateia.

Reconhecendo a pertinência da iniciativa o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social esteve presente na primeira sessão, que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa. Vieira da Silva destacou o papel do TOC junto das empresas, sublinhando que a grande aposta do Governo é defender o emprego, criando medidas de apoio aos empresários. «Ao contrário do que se possa pensar a actividade económica não está estagnada», referiu. Perante o que considerou ser «uma pandemia económica», Vieira da Silva disse ser importante os empresários tomarem decisões

«positivas», num quadro difícil. E explicou que perante a saída de um funcionário para a reforma, por exemplo, «deve dar-se pelo menos a hipótese de um novo colaborador fazer um estágio na empresa». Para isso existem programas de apoio, como a redução da taxa social única para as PME. O grande objectivo é evitar o esvaziamento dos quadros do emprego, tendo como consequência um arrefecimento económico mais acentuado. «Não há soluções miraculosas e todos temos de fazer um esforço para reduzirmos o impacto das dificuldades», insistiu o ministro do Trabalho, para quem os TOC são «parceiros activos e fundamentais» para ajudarem os empresários a suprimirem momentos de maiores dificuldades.

Perante uma sala repleta, o presidente da CTOC justificou a realização das sessões de esclarecimento com o facto de os TOC desempenharem, nas empresas, um papel muito determinante ao nível da gestão. Para Domingues de Azevedo os TOC são profissionais que estão cada vez mais próximos das tomadas de decisão. Por isso têm de saber que ferramentas existem para auxiliarem o tecido económico nacional a ultrapassar um momento menos bom.

As sessões de esclarecimento contaram com cerca de 11 mil participantes (nove mil TOC, sendo os restantes acompanhantes dos profissionais, nomeadamente empresários). Um número que mostra bem a oportunidade de mais uma iniciativa realizada pela CTOC. ■



O ministro do Trabalho, Vieira da Silva, destacou o papel dos TOC nas empresas

A difícil arte de conjugar técnica, ética e estética

Novos membros da Câmara ouviram conselhos de exigência e rigor

«Vocês colocaram-se, apenas, na linha de partida.» Foi com esta frase curta e lapidar que o presidente do Júri de Exame, Pedro Roque, deu as boas-vindas aos novos Técnicos Oficiais de Contas, que se deslocaram à Câmara para receberem o seu certificado de membro. Esta espécie de “chamada de atenção” foi o culminar de um discurso baseado nas questões de ética e deontologia, com que o presidente da CTOC brindou os presentes. A diferença entre a teoria e a prática tinha começado.

Domingues de Azevedo focou toda a sua intervenção na importância do cumprimento daqueles deveres: «Se tivessem havido preocupações éticas no seio das entidades que provocaram esta grave crise económica, não estaríamos a sofrer efeitos tão nefastos», exemplificou. Para o responsável, o TOC desempenha um papel «fundamental» no processo económico, porque tem de cumprir com o «dever de interesse público e social da verdade contabilística, financeira e económica» das empresas. «Hoje o profissional não serve apenas para debitar e creditar números. Só quem souber pensar, interpretar e assimilar conhecimentos terá sucesso», acrescentou Domingues de Azevedo.

Perante um auditório completamente cheio, o presidente da CTOC fez uma breve síntese do caminho percorrido pelos TOC e pela Instituição. «Há 13 anos ninguém dava importância ao Técnico Oficial de Contas. Actualmente está na Assembleia da República um pedido de autorização legislativa para alterar os nossos estatutos e passar a Câmara a Ordem. Vêm a diferença?», disparou. Domin-

gues de Azevedo aproveitou a comparação para pedir a todos um esforço maior, que credibilize cada vez mais a actividade, porque, «infelizmente ainda existe hoje, na grande maioria dos TOC, pouco hábito de pensar e de reflectir. Estão mais virados para a execução e isso não é bom. Temos de saber pensar, de perguntar, de incomodar». Virando-se para o mundo empresarial, o presidente da CTOC fez questão de lembrar o papel do TOC. Que é, no seu entender, determinante para o sucesso das empresas. Um profissional que se quer que seja um conselheiro nas tomadas de decisão, tem igualmente de ser «independente a qualquer tipo de interesse» no cumprimento das suas funções. O relacionamento do TOC com o empresário tem de ser «livre», obedecendo apenas à «verdade dos números», esclareceu.

Ezequiel Fernandes, presidente da Comissão de Inscrição, na sua breve alocução, referiu a importância de conjugar «permanentemente» três conceitos: a técnica, a ética e a estética. Este último «valoriza as questões relacionadas com a harmonia e com diferentes níveis de sensibilidade, em que o tempo e o espaço dão forma ao conteúdo e oportunidade da informação a transmitir.»

No exame realizado a 14 de Março de 2009 inscreveram-se 942 candidatos, tendo tido aprovação, 370. Deste universo, 68 por cento são mulheres. Aproveitando o dado estatístico, Domingues de Azevedo recordou aos presentes que «agora é que começa o estudo a sério. Temos de ser exigentes e a Câmara também o é na selecção dos seus membros». ■



370 novos profissionais foram admitidos após o exame realizado em Março

«Conselho Fiscal» da CTOC na TSF

Casos práticos úteis no âmbito da Fiscalidade e Contabilidade

O programa «Conselho Fiscal», resultante de uma parceria entre a CTOC e a TSF, tem presença cativa na grelha da rádio de informação, cinco vezes por semana, duas emissões por dia, às 7h20 e às 18h45.

De 13 de Abril a 7 de Maio, os temas abordados foram os seguintes: «Redução da taxa de Segurança Social para empresas com até 49 trabalhadores»; «Aquisição de quotas sujeitas a IMT»; «Rendimentos não tributados em IRS»; «Rendimentos acessórios»; «Utilização de viaturas da empresa e tributação em IRS»; «Presunção de rendimentos e combate à fraude e evasão fiscal»; «Subsidio de desemprego e IRS»; «Opção de regras de tributação de Categoria A»; «Sistema de Normalização Contabilística»; «Esquecimento

ou extravio da senha para entrega de declarações electrónicas»; «Tributação em IRS e retenção na fonte da Categoria B»; «Responsabilidade de administradores e gerentes de sociedades comerciais»; «Obrigações de um representante fiscal»; «Regime fiscal especial de apoio ao investimento»; «Regime de IVA para transportadoras rodoviárias de mercadorias»; «Dissolução e liquidação em simultâneo de sociedades comerciais»; «Residente para efeitos fiscais em Portugal» e «Transmissão de dívidas fiscais a herdeiros.»

Os programas emitidos, com a duração aproximada de um minuto cada, têm a locução dos consultores da CTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e do jurista Amândio Silva e podem ser escutados no *site* www.ctoc.pt. ■

III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas

«Construindo o futuro» é o tema do evento que se realiza em Setembro, em Lisboa

«Construindo o futuro». É este o tema genérico do III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas que se vai realizar a 24 e 25 de Setembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa. A última edição decorreu naquele mesmo espaço, em Novembro de 2006, e teve o condão de reunir 4 mil profissionais em redor de uma actividade cada vez mais prestigiada na sociedade portuguesa. Os TOC estão a percorrer o seu caminho, no dia-a-dia, mas em 13 anos de reconhecimento público da profis-

são, nunca se debateram com tantos desafios, como actualmente. A título de exemplo, refira-se apenas a entrada em vigor, já em Janeiro de 2010, do novo Sistema de Normalização Contabilística. Uma disposição que vai revolucionar toda a matriz conhecida até agora e que vai estar em destaque nos trabalhos do congresso. O futuro implica ousadia, mas associada ao conhecimento. Um *timing* perfeito para organizar um evento de balanço do passado e lançamento do futuro, tendo como ponto de partida a afirmação



O Pavilhão Atlântico vai voltar a ser palco de mais uma edição do Congresso dos TOC

profissional e social de um classe cada vez mais credibilizada. À semelhança do que aconteceu da segunda edição do congresso dos TOC, a Câmara convidou representantes de todos os países da CPLP a estarem presentes no evento, no que se espera seja uma frutífera troca de experiências

e pontos de vista. Já foram, igualmente, endereçados convites ao Presidente da República e Primeiro-Ministro para as cerimónias de abertura e encerramento. O programa completo do evento e as inscrições vão estar abertas, brevemente, no *site* da CTOC. ■

VII Encontro dos TOC é já a 11 de Julho

Inscrições abertas no *site*

Realiza-se no próximo dia 11 de Julho, o VII Encontro Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas (ENTOC).

Évora foi a cidade escolhida para acolher o tradicional convívio anual da “família TOC”. Tal como na edição passada, a organização do evento foi confiada a um grupo de profissionais da localidade, composta por: António Nabo, Armando Ribeiro, João Carmo, José Espanhol e Manuel Sousa.

O programa já se encontra definido e as inscrições abertas, exclusivamente no *site* da câmara. Acreditamos que é imprescindível fomentar momentos de confraternização entre os Técnicos

Oficiais de Contas, consolidando laços e fomentando um espírito de união e solidariedade, tão importantes na vida de uma classe profissional. Lançamos o repto para que se associe a mais um momento de boa disposição, numa zona do país conhecida pela hospitalidade das suas gentes, pela boa gastronomia e beleza natural ímpar.

Os profissionais da comissão organizadora estão a preparar todos os pormenores da “festa” com uma minúcia extrema, sendo de esperar algumas surpresas aos participantes.

Enquanto o dia não chega e para ir acompanhando todos os detalhes, consulte o blogue do VII Encontro, em: <http://eventosnoalentejo.blogs.sapo.pt/> ■

Transferência de conhecimentos com países lusófonos avança

Depois do encontro na sede do Banco Mundial, CTOC e CFC reúnem-se no Brasil

ACTOC tem vindo a desenvolver, com o Centro Federal de Contabilidade do Brasil, um projecto de transferência de conhecimentos com os países de língua oficial portuguesa, tendo já iniciado aquela experiência com Angola e Moçambique.

Da forma como foi concebido o projecto tem uma estrutura transversal, compreendendo a formação académica, a organização profissional e a formação contínua dos profissionais que integram os países da CPLP.

Trata-se de uma iniciativa de grande dimensão e que, para se materializar, necessita do concurso de outras entidades e dos respectivos meios de financiamento.

Com esse objectivo, no passado dia 13 de Abril, responsáveis da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e do Centro Federal de Contabilidade do Brasil (presidentes da Direcção e do Conselho Técnico, juntamente com o director Jaime dos Santos), reuniram, em Washington, com o Banco Mundial, que manifestou muito interesse pelo projecto e na necessidade de o compatibilizar com algumas iniciativas já encetadas por esta prestigiada entidade.

No próximo mês de Setembro realizar-se-á no Brasil uma nova reunião com todos os representantes dos países da CPLP, com vista a dar início ao programa de transferência de conhecimentos. ■